



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SOLANGE QUEIROZ RIBEIRO

**OS DESAFIOS PARA OS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO ELI VIVE I EM
DESEVOLVER PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA – LONDRINA/PR**

**MATINHOS/PR
2019**

SOLANGE QUEIROZ RIBEIRO

**OS DESAFIOS PARA OS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO ELI VIVE I EM
DESEVOLVER PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA – LONDRINA/PR**

Trabalho apresentado à Especialização em Educação do Campo, como requisito para obtenção de título e conclusão do Curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira Através dos seus Pensadores, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Silvana Cassia Hoeller.

**MATINHOS/PR
2019**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **SOLANGE QUEIROZ RIBEIRO** intitulada: **Os Desafios para os Assentados do Assentamento Eli Vive I em desenvolver Produção Agroecológica - Londrina /PR**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 12 de Outubro de 2019.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'S' followed by a horizontal stroke and a small loop.

SILVANA CÁSSIA HOELLER

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

A handwritten signature in blue ink, featuring a large, stylized 'L' and 'M' intertwined.

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

A handwritten signature in blue ink, with a large, stylized 'S' and 'M'.

SUZANA MARQUES RODRIGUES ALVARES

Avaliador Interno

OS DESAFIOS PARA OS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO ELI VIVE I EM DESEVOLVER PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA – LONDRINA/PR

LOS DESAFIOS PARA LOS ASENTADOS DEL ASENTAMIENTO ELI VIVE I EN DESARROLLAR LA PRDUCCION AGROECOLÓGICA- LONDRINA/PR

Solange Queiroz Ribeiro

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender as dificuldades e os limites para a transição agroecológica, e os conflitos territoriais para os camponeses do Assentamento Eli Vive I, no município de Londrina /PR. O texto estrutura-se da seguinte forma: o histórico do assentamento; as reflexões sobre o papel da escola do assentamento em desenvolver conhecimento em Agroecologia; os impactos do agronegócio e a Agroecologia como alternativa ao avanço do capital no campo; a apresentação dos resultados e das informações coletadas em campo e as conclusões do estudo, que possibilitou compreender as dificuldades, as disputas ideológicas e a ausência do Estado, que dificulta a permanência dos camponeses assentados na terra, assim, o resultado deste estudo permitiu entender que muitos arrendam o lote como único meio de sobrevivência no campo, como também, se sujeitam ir trabalhar na cidade enfrentando vários problemas, principalmente em dias de chuvas que há dificuldades em se deslocar. Utilizamos o método da pesquisa participante para auxiliar nos caminhos traçados pelo estudo.

Palavras chaves: Agroecologia. Educação do Campo. Camponeses.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo comprender las dificultades y los límites para la transición agroecológica y los conflictos territoriales para los campesinos del asentamiento Eli Vive I, en Londrina / PR. El texto está estructurado de la siguiente manera: el historial de liquidación; reflexiones sobre el papel de la escuela de asentamiento en el desarrollo del conocimiento en agroecología; los impactos del agronegocio y la agroecología como una alternativa al avance del capital en el campo; La presentación de los resultados y la información recopilada en el campo y las conclusiones del estudio, que permitieron comprender las dificultades, las disputas ideológicas y la ausencia del estado, lo que dificulta que los campesinos se establezcan en la tierra, por lo tanto, el resultado de este estudio nos permitió comprender que muchos arriendan el lote como el único medio de supervivencia en el campo, además de someterse a trabajar en la ciudad enfrentando varios problemas, especialmente en días lluviosos que son difíciles de moverse. Utilizamos el método de investigación de los participantes para ayudar en los caminos delineados por el estudio.

Palabras clave: Agroecología. Educación del Campo. Campesinos.

1. INTRODUÇÃO

Objetivo do presente trabalho foi compreender as dificuldades e os limites para a transição agroecológica, e os conflitos territoriais para os camponeses do Assentamento Eli Vive I, no município de Londrina /PR. Além dos problemas internos enfrentados (estradas precárias, dificuldades de escoamento da produção, conflitos territoriais devido às disputas ideológicas, dentre outros), os camponeses assentados esbarram na falta de auxílio por parte do Estado, ou seja, políticas públicas voltadas para a permanência no campo.

Ademais, ocorre a introdução da cultura da soja na comunidade que atende o modelo agroexportador e não a demandado mercado interno (produção de alimentos). Embora a plantação ocorra em pequenos lotes, grande parte dessa soja produzida no Brasil é voltada para a exportação, e futuramente, poderá causar problemas, como há relatos dos assentados que após o cultivo de soja diminuiu o trabalho nos lotes, muitos plantavam batata-doce e vassoura, utilizavam da mão de obra da própria comunidade nas lavouras, hoje com as mudanças muitos deslocam diariamente para a cidade de Londrina em busca de emprego.

Com intuito de compreender a problemática que envolve a produção agroecológica buscou-se conceituar Agroecologia *versus* Agronegócio, pois há a necessidade de entender os possíveis impactos para a comunidade, visto que, uma parcela dos camponeses arrenda o lote, bem sabemos que o lucro da produção ficará com o arrendatário.

Embora pareça bem contraditória a produção de soja em áreas de reforma agrária, pode ser compreendida na medida em que há omissão do Estado, e as famílias ficam à mercê da própria sorte, ou seja, na condição de vulnerabilidade.

Neste momento, entra a figura do explorador arrendatário oferecendo a possibilidade do arrendamento da terra e do cultivo da monocultura, e sujeitando os camponeses a condição de empregado, dentro de sua própria terra, por uma renda sazonal extremamente baixa ou desigual frente ao real valor do que se é produzido.

Para o Movimento, a luta pela Reforma Agrária, não está restrita só à conquista da terra, mas também a um conjunto de políticas públicas que envolvem acesso à

educação, saúde, moradia, energia elétrica, estradas e recursos destinados a Agroecologia, que é dever do Estado dar esses subsídios as famílias assentadas para quede fato a reforma agrária se concretize.

Neste sentido, a agricultura empresarial, baseada na utilização de tecnologias e insumos (máquinas, equipamentos, fertilizantes, dentre outros), que visa a produção de mercadorias, tem como finalidade transformar a produção no campo numa agricultura de negócio.

De um lado os investimentos em tecnologias e insumos possibilitou o aumento da produtividade agrícola, mas de outro, implicou na concentração de terras nas mãos de grandes empresas nacionais e internacionais, nas migrações da população camponesa para os centros urbanos, “impossibilitando” a continuidade da cultura agrícola das populações tradicionais, expulsas de suas terras para a expansão de produção em grande escala, cujo objetivo é atender o mercado externo.

Paralelamente à expansão da agricultura capitalista no campo, os camponeses, assentados, indígenas, ribeirinhos e quilombolas, em seus territórios, resistem à lógica do agronegócio, pois este não é responsável pela produção de alimentos básicos às populações do campo e da cidade (OLIVEIRA, 2010).

Bombardi (2018) ressalta que,

Em vez de caminharmos no sentido da segurança e da soberania alimentar, com uma vasta reforma agrária por meio de um manejo que possa se configurar como agroecológico ou biodinâmico, estamos nos virando do avesso e transformando o território nacional em base para o capitalismo internacional se reproduzir dessa forma” (BOMBARDI, 2018, p. 1).

Frente a lógica do agronegócio, o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, entende que a Agroecologia pode ser uma alternativa à produção das monoculturas no campo, e garante melhorias na renda e no trabalho, acesso ao mercado por meios das feiras agroecológicas nos espaços urbanos, produção de alimentos saudáveis para a população da cidade, além de dar continuidade às culturas tradicionais (manejo do solo, manutenção de sementes crioulas, finalidade da produção) e a não degradação dos recursos naturais, a não contaminação do solo, da água das nascentes e rios, ou seja, é uma possibilidade de manter-se no campo sem causar danos irreversíveis a natureza.

Possibilita também a organização social dos sujeitos envolvidos, proporcionando, no Assentamento Eli Vive 1, iniciativas para o enfrentamento à ordem mercadológica, além de produzirem seus próprios alimentos.

Assim, busca-se compreender as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, sob a ótica das seguintes perguntas e hipóteses de pesquisa:

- 1) Há políticas de incentivo à produção agroecológica no assentamento?
- 2) Quais as dificuldades enfrentadas pelos assentados? Quais são os problemas que os assentados poderão enfrentar com o avanço da produção de soja na comunidade?
- 3) Qual o papel da escola, presente na comunidade, como incentivadora de conhecimento em Agroecológica?
- 4) Quais são as dificuldades enfrentadas pela escola em desenvolver conhecimento em Agroecologia com os educandos e educadores?

Para situar o problema, a pesquisa pretende compreender primeiramente as disputas ideológicas existentes que geram conflitos territoriais, e os problemas para os camponeses produzirem alimentos sem o uso de agrotóxicos em uma área que, há pouco tempo, era um latifúndio improdutivo.

O Assentamento Eli Vive I, localiza-se no município de Londrina distante 10 km de estrada não pavimentada do distrito de Lerroville, e 64 km do núcleo urbano de Londrina.

O município pertence a região norte do Estado Paraná, onde predomina o agronegócio, com alta taxa de utilização de agrotóxicos (GEOLUTAS, 2018). O assentamento faz parte da Reforma Agrária almejada pelo MST, cujo objetivo é a democratização do acesso à terra. Com 7.313,06 hectares de terras, o assentamento está dividido em duas áreas, Eli Vive 1, antiga Fazenda Guairacá com (5.826,52 hectares), e Eli Vive 2 Fazenda Pininga (com 1.486,54 hectares).

No local foi assentado cerca de 500 famílias de agricultores sem-terra que viviam em acampamentos na região norte e outras regiões (oeste e noroeste) do Estado do Paraná. É o único assentamento existente no município, cada família conquistou a terra, porém as divisões dos lotes ocorreram de acordo com a declividades do terreno, as quantidades de terras variam de 8,00 a 13,673 hectares.

Uns dos fatores determinantes para a divisão dos lotes foram as características geográficas, a exemplo: o solo e a declividade do terreno, com isso algumas das famílias receberam lotes maiores.

Eli Vive 1 foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em 2013, e dividido em 8 brigadas, no local já funcionava pequeno mercado e a Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi que atendia a comunidade com Ensino Fundamental 1, Ensino Fundamental 2 e o Ensino Médio desde 2009, e foi regularizado no ano seguinte. A estrutura foi construída pelos próprios moradores do assentamento. Após a criação do assentamento a escola deixou de ser itinerante, hoje no local funcionam a Escola Municipal Trabalho e Saber e o Colégio Estadual M^a Ap^a Rosignol Franciosi.

A principal fonte de renda das famílias no assentamento é a plantação de batata-doce, vassoura, soja, criação de bicho da seda, milho, hortaliças, inhame, batata cará, produção de leite, seguida pelo trabalho de diarista em londrina, e trabalho em fazendas vizinhas, a produção de feijão, arroz, abóbora, mandioca, legumes, pecuária e a criação de pequenos animais (porcos, galinhas)são como meio de subsistência.

Com o objetivo de melhorar a venda e a comercialização da produção, os assentados criaram a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista - COPACON, que futuramente pretende-se processar o milho crioulo para a produção de fubá, quixerinha, canjiquinha e creme de milho, a farinha de mandioca Campo Vivo é processada na cooperativa.

A cooperativa atende à demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, os alimentos (hortifrúti), são produzidos no assentamento, e sítios no entorno. Cinquenta produtores entregam para o PNAE, a demanda mensal é de 200 toneladas de alimentos, dividido em 23 itens para as escolas estaduais de Londrina e região.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa utilizou-se a metodologia participativa, conforme Brandão (1998, p. 43) define a metodologia participativa como, “a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior”.

Durante o levantamento de campo para a coleta de dados sobre as experiências agroecológicas junto aos assentados, visitamos estes em suas casas e na escola. Foi

realizado o levantamento de dados durante os meses de agosto e setembro conforme a minha disponibilidade, por meio da aplicação de dez questionários, com roteiro de perguntas semiestruturadas, de forma intencional.

As famílias foram selecionadas para o estudo observando os seguintes critérios: famílias que estão em transição, e famílias que tem a intenção de iniciar experiências agroecológicas.

Este estudo também utilizou o resultado do Inventário da Realidade, que foi realizado durante o Tempo Comunidade do Curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira Através dos seus Pensadores, que foi iniciado em 2018, pela Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral em parceria com a Escola Latina Americana de Agroecologia - ELLA.

Além dos questionários e o Inventário da Realidade, desenvolveu-se o cotejo de informações em sites, principalmente do MST (jornais), fez-se uma revisão bibliográfica com a proposta de compreender os seguintes temas: Agroecologia, Agronegócio e Educação do Campo. Utilizando autores como: Altieri (2001), Caldart (2001), Bombardi (2012), Brandão (1998), Fernandes (2008) e Oliveira (2010).

Posteriormente ao trabalho de campo, a partir da minha vivência na escola, foi possível analisar o papel da escola na conscientização e incentivo aos educandos na propagação de conhecimento agroecológico, proposta pedagógica das escolas em áreas de reforma agrária no Estado do Paraná, atentando para as dificuldades, limites e avanços organizativos.

2. Histórico do Assentamento Eli Vive 1

No ano de 1990 iniciou-se a luta pela terra na fazenda Guairacá, como o MST a considerava uma área improdutiva, organizou-se para a ocupação. Após três meses de acampamento, as famílias foram violentamente despejadas, resultando em grande número de feridos e dispersão das famílias.

Nesta ocupação, destaca-se a presença da companheira Iraci Salete Strozak, a qual ajudou na organização desta ação e no processo de resistência juntamente aos acampados. Após o despejo, o MST toma o desafio de continuar reivindicando a área para que fosse destinada à Reforma Agrária. O Movimento considerou a ação dos

fazendeiros, durante o despejo da primeira ocupação, um desrespeito e decidiram-se que a conquista do local seria pelo processo de luta (Inventário da Realidade, 2019).

Em 2009, após longo processo de negociação entre o dono da fazenda e o INCRA, o MST organizou-se novamente para a ocupação da fazenda Guairacá. Neste segundo momento, a ocupação deu-se de forma pacífica. Assim, a partir de fevereiro de 2009, 120 famílias se deslocaram para a referida área, com objetivo de garantir a posse da terra, enquanto o INCRA e o proprietário continuavam as negociações (Inventário da Realidade, 2019).

Neste contexto de lutas, foram deslocadas famílias dos acampamentos 1º de agosto, do município de Cascavel, e Maila Sabrina, município de Ortigueira para unir com os demais acampados. Ambos os acampamentos eram constituídos por um grande número de famílias sem-terra que há anos lutavam por um pedaço de terra, além destes locais, famílias pertencentes à cidade de Londrina e o distrito de Lerroville, também se juntaram ao grupo, entre outros de diversos municípios do Estado, mas entre estes municípios uns destacavam-se pela quantidade de acampados, tais como; Cascavel, Porecatu, Ortigueira, Tamarana, Jacarezinho e Rio Branco do Ivaí.

Após a divisão e sorteio dos lotes entre os acampados, o espaço do assentamento foi organizado por brigadas, duas brigadas no Eli Vive II, e oito no Eli Vive I. E em 2013 as famílias começam a ir para os lotes, embora com dificuldades, entre elas, a permanência dos filhos na escola, pois as estradas principalmente as secundárias era/são de difícil acesso, o transporte escolar não atendia toda a comunidade, muitos educandos ficaram sem acesso à escola por três anos, alguns frequentavam a escola, mas com condução própria. Além disso, haviam os problemas de circulação em dias de chuvas, pois as estradas ficavam intransitáveis.

Nesses anos de lutas foram conquistado o acesso à terra, mas há muito o que se conquistar como já citado anteriormente, no espaço do assentamento, por exemplo, há a necessidade de regularização do Colégio Estadual do Campo Maria Aparecida Rosignol Franciosi¹, e as Escolas Municipais do Campo, Trabalho e Saber e Egídio Brunetto (Eli Vive II)².

¹O Colégio foi estadualizado no final do ano de 2016, e a luta para a construção de um novo prédio pelo Estado.

² A Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber continua como extensão da Escola Municipal do Distrito de Lerroville e Escola Municipal do Campo Egídio Brunetto já reconhecida, ambas lutas pela construção do próprio

No ano de 2017, os educandos que estavam com o acesso à escola negado foram beneficiados com as linhas de transporte (locais onde há estradas secundárias), mas nem toda a demanda foi atendida, há locais onde os educandos ainda continuam sem o transporte pelas condições das estradas (a própria família leva até onde passa o transporte escolar). Um dos problemas que afetam o transporte escolar e a circulação dos moradores, até mesmo o deslocamento interno, são as estradas precárias, que em dias de chuvas agravam ainda mais a situação, assim, dificultando a ida dos educandos até a escola, como também para os moradores se deslocarem do assentamento para a cidade, quando há necessidade.

Assim, embora tenham havido melhorias, há muito o que se conquistar, além da construção das estradas e de novos prédios para funcionamento das Escolas Municipais e Estadual, há necessidade da construção de um Posto de Saúde para atender a demanda da comunidade. Essas conquistas são almejadas pelos moradores e pela comunidade escolar³.

Neste contexto de luta por direitos, mesmo após o acesso à terra, os camponeses continuam enfrentando percalços, por exemplo, à comercialização dos produtos, o escoamento da produção e recursos para manutenção nos lotes. Para muitas famílias essas dificuldades enfrentadas no dia a dia não se tornam barreiras para continuarem resistindo.

3.A Escola Como Caminho Para a Agroecologia

O conhecimento produzido no Brasil encontra-se hegemonicamente a serviço do capital. Os conteúdos são trabalhados de forma fragmentada, quando não são abordados de forma superficial, um método de ensino que não contribui para a formação de sujeitos críticos pensantes. Antes, torna-os alienados para atender a demanda, principalmente de empresários. Bem sabemos que produzir conhecimento

prédio no assentamento pelo município.

³ O povo do assentamento tem se mobilizado para a conquista desses direitos. No dia 12 e 13 de setembro de 2018, os assentados foram até a prefeitura de Londrina para cobrar a realização das estradas, construção das escolas e de um posto de saúde para o assentamento. O prefeito pediu um tempo para essas realizações, porém o que realmente foi realizado foi um mutirão de saúde com profissionais que vieram até os assentados. (Inventário da Realidade, 2018-2019).

fragmentado é para atender interesses das classes dominantes, cujo objetivo é prepará-los para serem inseridos no mercado de trabalho.

Diante deste contexto, a proposta pedagógica do MST propõe organizar processos educativos para a formação humana que vai contra a hegemonia do capital no campo e a exploração dos trabalhadores, conforme o Plano de Estudos: Escolas Itinerantes do Estado do Paraná (2013).

Diante deste contexto, Caldart afirma que, a participação no movimento forja um novo sujeito:

[...] dizemos que participar do movimento da luta vai educando um jeito específico de *ser humano*, que potencializa o principal traço da humanidade: a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história (CALDART, 2001, p. 214).

Para alcançar os objetivos propostos pela Educação do Campo, precisamos formar sujeitos para lutar contra a ordem estabelecida, sujeitos esses capazes lutar pela transformação da realidade onde estão inseridos. Diante do atual contexto da educação, desmontes e ataques pelos governos estadual e federal, as escolas do campo correm sérios riscos de fechamento. Como discorre Caldart, esse novo sujeito forjado na luta é imprescindível para o enfrentamento e na construção de uma nova sociedade.

Diante do contexto que está inserido o município de Londrina-PR, localizado em uma região com concentração fundiária e predominância da agricultura de negócio (agronegócio) (IPARDES, 2006). É imprescindível resistir aos ataques do capital.

Segundo CALDART (2001) faz-se necessário discutir os vínculos entre agricultura camponesa e Agroecologia.

Entretanto, observando-se as práticas pedagógicas empregadas pelos educadores, percebe-se que há limites e dificuldades para Agroecologia se concretize como parte da proposta pedagógica.

Um dos problemas são os docentes sem a formação e conhecimento em Agroecologia. Os espaços experimentais como por exemplo, a horta e a Agrofloresta são fundamentais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Para que esse processo aconteça temos a necessidade de ter nas escolas do

campo profissionais da área técnica que dialoguem com a comunidade escolar, possibilitando a interação com as disciplinas e o currículo. Como pode observar na (figura 1) abaixo a iniciativa pedagógica na Agrofloresta da escola, mas há limites para que essa proposta se concretize como já apontado anteriormente.

A atividade desenvolvida foi a plantação de ervilha com os educandos do 7º ano A do ano de 2017. O objetivo da prática pedagógica da disciplina de Geografia tinha como objetivo fazer um contraponto entre Agroecologia e a modernização da agricultura, no sentido de que os educandos compreendessem que há outras formas de produzir no campo, além das monoculturas. E que a modernização no campo permitiu a ampliação da produção em grande escala, mas também concentrou ainda mais as terras, aumentou a expulsão da população camponesa para as cidades e em partes a destruição das culturas tradicionais.

Figura – 1 Prática Pedagógica na Agrofloresta.



Fonte: Solange Queiroz Ribeiro (2017).

Além disso, há muita rotatividade de docentes. Esse fator aliado a questão de profissionais que não possuem o perfil esperado para este tipo de proposta pedagógica, que não têm compromisso com a ideologia e visão política, ou mesmo a falta de disponibilidade de tempo para aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos, limita a proposta pedagógica sugerida pelo MST. A redução das horas atividades dificultam

desenvolver a proposta, entre outros. Há também a falta de iniciativa por parte da Secretaria do Estado de Educação.

Considera-se a participação da comunidade essencial, não só nas atividades práticas, mas também no debate sobre o agronegócio.

O antagonismo presente no território do assentamento que se reflete no espaço escolar: faz-se a discussão das práticas agroecológicas na escola, mas as mesmas discussões não são realizadas na comunidade. Entende-se que essas ações devem ser trabalhadas em conjunto e que vai além do espaço da escola. Por exemplo, na teoria o MST incentiva essas práticas, mas que na realidade, junto às lideranças locais, isso nem sempre se efetiva.

Retomando os limites enfrentados pela escola, a falta de uma profissional técnico para dialogar com a comunidades escolar, há necessidade de desenvolver projetos contra turnos voltados para a Agroecologia, no intuito dos adolescentes e jovens participarem, pois, as ações no tempo trabalho não são suficientes. Além disso, é necessário o aprofundamento teórico, técnico e conhecimento no que diz respeito domínios técnicos de compostagem, biopreparações, adubos verdes e sistemas agroflorestais.

Para Rosset, (2017, p. 116) a criatividade e a energia da juventude podem ser fatores – chaves no sucesso da Agroecologia. Rosset afirma que, “a maioria dos jovens só estará disposta a ficar no campo se a sua criatividade for desafiada e vinculada a algo fascinante como a Agroecologia (p.121).”

O autor salienta que é papel da escola e dos docentes possibilitar diálogos e práticas que promova o processo de aprendizagem, neste caso, a escola e os docentes necessitam estar preparados para transmitir o conhecimento que a proposta pedagógica propõe. Lima destaca que:

Nesse sentido, o docente é um planejador da atividade educativa e o estudante o real construtor do conhecimento. Para que isso se realize, a atividade de ensino precisa partir do senso comum, do cotidiano, do espaço vivido pelos estudantes; no caso da Educação do Campo, do território camponês (LIMA, 2017, p. 100).

Para os precursores da Educação do Campo, como Caldart, a escola é

fundamental no fortalecimento organizativo e político, como também, para a sensibilização dos jovens em seguir a perspectiva da produção de alimentos saudáveis, incentivando estes a permanecerem no campo e desenvolverem um pensamento crítico, contrário à lógica da expansão mercadológica, como um possível enfrentamento ao modelo atual de ordenamento territorial que contaminou o território camponês (CALDART, 2001). A superação dessa lógica só será possível com a territorialização da Agroecologia.

Para Rosset (2017, p 120) significa que, em vez de ser praticada por poucas famílias em um território pequeno, seja praticada por muitas famílias em um território grande, esse é o objetivo.

Ressaltamos que, esta, por sua vez, também possui suas limitações no sentido de que este espaço é espaço de disputas territoriais antagônicas, que se manifestam na posição política dos educadores, na formação/orientação dos educandos que já vem com ideias formadas demonstrando resistências ao novo, ou até mesmo, por conta das contradições que ocorrem no espaço vivido.

Não se deve responsabilizar os educadores, pois a sua postura política por si só não é suficiente para romper por completo com estes conflitos, mas vale ressaltar que é significativo e fundamental que o educador tenha um posicionamento político voltado para a transformação social, sem o qual essas mudanças serão impossíveis.

A escola, por sua vez, também tem suas limitações, em cumprir um papel que incentive o conhecimento da Agroecologia. Não estamos aqui julgando, portanto, não se trata em julgar ou diminuir o esforço daqueles que lutam pela sociedade mais justa e igualitária, e compreende-se que a Educação do Campo é o caminho para a transformação social.

4. Agroecologia *versus* Agronegócio

A expansão das relações capitalistas a níveis planetários tem transformado as sociedades e as formas de produção no campo. É possível afirmar que temos diferentes projetos de agricultura, distintas formas de nos relacionar com a natureza, desde aquelas que buscam produzir respeitando a sua dinâmica, até outras que visam condicioná-la aos interesses da acumulação de capital. O projeto hegemônico de

agricultura capitalista pautado na intensa exploração da natureza e do homem é denominado de agronegócio, ou seja, uma agricultura de negócio.

O agronegócio proporciona a redefinição dos processos produtivos a níveis mundiais. Na agricultura brasileira ganha grande impulso a partir dos anos de 1970 e intensifica-se com o avanço dos ajustes neoliberais a partir da década de 1990. Na sua esteira, promove a configuração de um sistema denominado de *agribusiness* ou agronegócio, passando a compreender o complexo da agricultura, indústria, mercado e finanças (COELHO; FABRINI, 2013).

Segundo Davis e Goldberg (1957 *apud* FERNANDES; WELCH, 2008), o movimento e controle se estabelece da seguinte forma:

O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalha com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo. (DAVIS e GOLDBERG, 1957, *apud* FERNANDES; WELCH, 2008, p. 48).

Neste complexo sistema, os produtores, principalmente os camponeses, ficam à mercê das grandes empresas multinacionais, subordinando a produção aos interesses de lucratividade e aos interesses do capital internacional. Essas empresas multinacionais atuam em vários setores da economia, o que permite um controle estratégico de ramos econômicos interdependentes, facilitando a manipulação dos processos produtivos, financeiros, de mercado, de capital, do território e das políticas de Estado (OLIVEIRA, 2010).

A expansão do agronegócio tem elevado o grau de subordinação da produção do campo, ou seja, está sujeitando pequenas propriedades camponesas pela constituição dos monopólios industriais. Oliveira (2010) afirma que, ocorreu a monopolização do território com a apropriação da renda da terra pelo setor industrial, comercial e financeiro, sem necessariamente expropriar os camponeses. A intensificação das relações capitalistas subordinou grande parte das pequenas propriedades camponesas à lógica capitalista, reafirmando as velhas práticas do latifúndio no espaço agrário brasileiro, causando desigualdades sociais oriundas da concentração de terras de

longos anos que dificultam o acesso à terra à grande parcela da população (OLIVEIRA, 2010).

As desigualdades são visíveis, marcadas pela concentração de terras, por conflitos territoriais, pobreza, miséria, violência e morte aos povos tradicionais, camponeses, ribeirinhos que lutam para a manutenção de suas culturas.

Desta forma, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais no campo, esses sujeitos organizam-se em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, para lutarem por seus direitos e buscarem um novo modelo de sociedade, que seja mais justa e igualitária.

As ações desenvolvidas pelos assentamentos demonstram que o espaço agrário não está completamente subordinado aos ditames do agronegócio, mas que, pelo contrário, promovem atividades de resistência a esse modelo, como pode-se observar no Assentamento Eli Vive 1 (figura2).

Figura 2 – Produção em Sistema Agroflorestal



Fonte: Jovana Cestile (2019).

Entretanto, existem outras formas de se produzir no campo, como podemos observar na figura da agroflorestal a diversidade de plantas, reforçamos a importância e

relevância da reforma agrária na produção de alimentos. Embora as práticas agroecológicas tenham avançado nestes territórios, elas não atingem a todos, pois há limites e desafios em iniciar experiências dessa natureza em locais em que recentemente eram considerados latifúndios improdutivos.

De acordo com Tomiasi (2019) latifúndio improdutivo é,

[...] a manutenção da propriedade ociosa, exceto em condições de auferimento da renda diferencial mais vantajosa do que o auferimento da renda absoluta, que o explica: a isso denominamos latifúndio improdutivo, o qual é tão pronunciado no Brasil a ponto de derrubar significativamente a renda média da propriedade produtiva capitalista, a que denominados de latifúndio produtivo (2019, p. 30).

Assim, a fim de viabilizar ações agroecológicas em áreas que eram improdutivas, hoje são os territórios de reforma agrária, busca-se por meio de projetos e outras iniciativas, como a Rede Ecovida de Agroecologia e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural– EMATER, outras formas de produção. Mas com os desafios presentes, pois as políticas do Estado são insuficientes, na medida que o assentamento possui 500 famílias, entende-se que há a necessidade de outros projetos, além dos tomates orgânicos, ou seja, projetos que atendam a demanda da comunidade, no sentido de orientar no plantio e na colheita.

A Agroecologia vem ganhando espaço enquanto projeto que faz o enfrentamento à lógica do agronegócio, produzindo alimentos saudáveis e nutritivos, respeitando os tempos da natureza, além de estar pautado por outras relações de trabalho na agricultura e destinação da produção. Enquanto a agricultura capitalista tem em sua base sementes híbridas e transgênicas, intenso uso de agrotóxicos e adubos químicos, monocultivos, concentração de terra e riquezas, a devastação da biodiversidade e a relação com o capital transnacional.

Por outro lado, a Agroecologia além de ser uma alternativa ao agronegócio como afirma o MST, prevê uso sustentável dos recursos naturais, geração de renda e transformações nas relações de trabalho, vai além da ecologia, outra forma de produzir, de pensar e de se relacionar com a natureza. Permite produzir sem a subordinação dos camponeses aos insumos industriais como agrotóxicos, que trazem inúmeros malefícios à população.

Altieri (2000), um dos precursores da Agroecologia, quando nos afirma que uma das formas de desenvolvimento sustentável é a popularização da Agroecologia.

A delimitação conceitual do que é agroecologia têm provocado intensos debates e discussões, corroboradas nas palavras de Altieri, quando nos afirma que:

A emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 1998, p. 17).

Essa afirmação busca compreender as relações interdependentes entre os diferentes campos do conhecimento agrônomo, ecológico e socioeconômico. A partir desse momento, configuram-se outras formas de entender e avaliar as possibilidades de utilização das tecnologias nos sistemas agrícolas e suas implicações nas sociedades contemporâneas (ALTIERI, 2000).

Segundo Bombardi (2015) o uso de agrotóxico no campo traz inúmeros problemas, tais como: mortes por intoxicação, mortes por suicídio, e outras intoxicações causadas pelo uso excessivo de agrotóxicos no Brasil, como apontam estudos realizados pela pesquisadora, que distingue a dimensão complexa de um problema que é debatido nos espaços das universidades, e pouco pesquisado que tais doenças estão diretamente ligadas ao uso de agrotóxicos nas lavouras, principalmente nas monoculturas de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, café e citrus.

Conforme Bombardi (2015), as enfermidades estão direta e imediatamente conectadas aos agrotóxicos, tais como as doenças crônicas, provocadas por exposição aos venenos, dentre as quais o câncer se destaca. É visível o alto índice de pessoas com câncer em determinada região, como por exemplo, a Região Oeste do Estado do Paraná, em que se dividirmos a quantidade de veneno aplicado nas lavouras pelo número de habitantes temos o resultado de 7 litros por pessoas. Ou seja, a exposição direta e indireta aos agrotóxicos possivelmente está associada ao adoecimento da população (ANVISA, 2018).

Somado a isso, ocorre o processo de expulsão dos camponeses de seus

territórios, formando-se, assim, nos espaços urbanos, áreas vulneráveis à violência, miséria e exploração da força de trabalho, sujeitando-se, por vezes, a todo tipo de exploração como meio de sobrevivência.

Neste sentido, propõe-se compreender a lógica da Agroecologia que é contrária ao projeto da mercantilização da agricultura, vista como alternativa ao agronegócio, cuja finalidade é diminuir os impactos ambientais e sociais no campo, uma agricultura agroecológica pensada com uma ampla Reforma Agrária para a produção de alimentos saudáveis para a população do campo e da cidade. De acordo com o Movimento, ao contrário do modelo de produção empresarial (agronegócio), esta permite a permanência dos camponeses no campo, promove a melhorias nas condições de trabalho e renda, manutenção de suas culturas, melhorias nas condições econômicas aos trabalhadores envolvidos.

Vem no sentido contrário a lógica do capital no campo. Ademais o agronegócio não é responsável pela produção de alimentos básicos à sociedade, este utiliza de áreas de produção de alimentos para produzir cana-de-açúcar, eucalipto, pinus e soja (Oliveira, 2010).

Por fim, há um antagonismo entre Agroecologia e Agronegócio, entende-se antagônica pela destinação da produção nos territórios camponeses e pelas relações de trabalho, assim, entende-se a Agroecologia como uma possibilidade de enfrentamento ao capital no campo.

5. Resultados e Discussões

A partir da minha vivência na comunidade e com as informações levantadas em campo, foi possível compreender os entraves que a ausência do Estado causa à comunidade escolar, como também aos assentados de modo geral. Com a aplicação dos questionários de forma intencional, pode-se expor algumas percepções em relação às dificuldades, aos desafios e os conflitos territoriais que se impõem às práticas agroecológicas pelos camponeses.

Foram aplicados dez questionários com os sujeitos que estão em processo de transição da agricultura convencional para a produção agroecológica e com quem tem a intenção de seguir a lógica agroecológica. Com a aplicação dos questionários foi

possível perceber as motivações e incentivos, e as preocupações que estão centradas na qualidade de vida, e também nas questões sociais.

Grande parte dos entrevistados apontou que os benefícios que a produção agroecológica pode trazer para a população do campo e da cidade são muitos. “*Melhor qualidade de vida para as pessoas, além de melhorar a renda, pois não precisa investir muito, utiliza matéria orgânica do próprio lote*”. “*Causa menos doenças e os alimentos são mais saborosos*”. (ENTREVISTADO 01).

No entanto, são poucos os que estão seguindo os princípios da Agroecologia, ou seja, que já tem uma produção consolidada, outros estão em processo de transição, nas entrevistas alguns apontaram que nem todos as lideranças do assentamento apoiam, quando apoiam apenas em teoria, mas na prática não existe incentivos, quando não são tratados com descredibilidade. Ressaltando que nem todos têm esse pensamento, pois houve quem defendeu a não introdução da cultura da soja no assentamento. Quando questionados se recebem incentivos para produzir alimentos agroecológicos, relata que não recebem, e que “os incentivos vêm das *pessoas que consomem, estes que incentiva a produzir alimentos nutritivos*” (ENTREVISTADO 02).

Os camponeses contam com apoio da Rede Ecovida de Agroecologia que é um processo de certificação participativo, organização em grupos de famílias, núcleo regional, coordenação estadual e coordenação ampliada, orientam e verificam a conformidade de cada área, a Rede Ecovida é organizada pelos próprios agricultores. Eles recebem apoio técnico da EMATER, com cursos de capacitação.

Também contam com ajuda da Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio do Programa Paraná Mais Orgânico que faz o acompanhamento técnico. Entretanto esta parceria apresenta problemas, como o tamanho reduzido da equipe e a falta de transporte para o deslocamento.

Alguns dos camponeses se organizam e comercializam seus produtos na Feira de Resistência da Reforma Agrária que ocorre todo segundo sábado do mês na casa do Movimento dos Artistas de Rua de Londrina (MARL) (figura - 3).

Figura 3 – Feirão de Resistência da Reforma Agrária



Fonte: Joana Cestille.

Outros participam da Feira do Cinco Conjuntos, que ocorre todos os finais de semana. Esses espaços possibilitam acesso ao mercado, organização para receber certificação e reconhecimento da produção. No espaço da comercialização, ao final do dia, é comum a prática de trocas de produtos entre os feirantes, principalmente entre os feirantes das áreas de reforma agrária (os produtos comercializados são de vários assentamentos da região norte do Estado), proporcionando o laço de solidariedade e ações coletivas entre os grupos.

Dentre as dificuldades levantadas durante as entrevistas foi possível perceber que é comum entre eles, uma delas é a falta de água, falta de informações, muitas pragas propagadas devido à massiva produção convencional e transgênica dos vizinhos, precariedade das estradas para escoar a produção e falta de recursos para fazer o manejo adequado no solo, lembrando que há poucos anos o local era uma área de pastagens tomada por capim-colonião.

Segundo uma das entrevistadas, ela não consegue trabalhar a terra e pensou em arrendar por um ano para melhorar o lote, só assim irá conseguir sair da produção convencional para a agroecológica, que leva tempo para ver os resultados. Relatou, ainda, que não possui dinheiro para plantar no lote. Além desses problemas, há também os desafios da organização para que todos tenham espaço para a comercialização na feira, além do apoio técnico que é insuficiente.

Ainda de acordo com os camponeses, a principal dificuldade de produzir os alimentos é combater as pragas que vem dos lotes dos vizinhos devido ao uso de venenos, mesmo com as barreiras, os insetos vão para a área. Caso não houvesse esses problemas, conseguiriam produzir maior diversidade de produtos e esses problemas, às vezes, geram conflitos entre eles. Ressalta-se que, após a introdução da soja, intensificou-se o uso de agrotóxicos e estão com dificuldades de produzir mamão, mandioca, banana, etc.

Nesse sentido, reforçamos a importância e relevância da produção agroecológica, tanto para aumentar a renda, na manutenção de culturas tradicionais, na produção de alimentos nutritivos, manejo adequado do solo, como também para contribuir no enfrentamento ao agronegócio que “transformou a agricultura brasileira” em um negócio, e no fortalecimento organizativo dos camponeses assentados.

6. Conclusões

Por meio da pesquisa de campo e do levantamento das informações para a realização deste trabalho, pode-se compreender a significância da produção agroecológica no território do Assentamento Eli Vive 1, na medida em que contribui para o fortalecimento da agricultura camponesa no município de Londrina, como também contribui no resgate de saberes tradicionais e a importância das práticas agroecológicas, na medida que proporciona as famílias camponesas meios de sobrevivência e alimentos saudáveis que trazem benefícios, como na qualidade de vida. Em outras palavras, meio de organização dos camponeses assentados para o enfrentamento a lógica da agricultura de negócio. É importante destacar que a transição de uma agricultura convencional para uma agricultura agroecológica é um processo a longo prazo, vale ressaltar, quando se trata de produção em terras de reforma agrária

as dificuldades são maiores, pois é visível a ausência de políticas públicas que contribui na permanência desses sujeitos no campo.

Entendemos que a prática agroecológica proposta pelo MST é muito importante, entretanto, percebemos a necessidade de mais estudos que enfoquem as técnicas de plantação e estudos teóricos, o resgate da relação entre a escola e a comunidade, no intuito de contribuir com o fortalecimento e reconhecimento da agricultura camponesa. Os limites e desafios são inúmeros, mas entendemos que são a partir de ações locais que podemos avançar nos entraves existentes no assentamento.

REFERÊNCIAS

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Monitoramento do mercado de agrotóxicos.** Disponível em http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/07ee7e0041d81501a0d9f5255d42da10/estudo_monitoramento.pdf?MOD=AJPERES (acesso em 18 jun. 2018).

BOMBARDI, L, M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro.** Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012.

COELHO, D. C; FABRINI, J. E. A produção de subsistência entre os camponeses no contexto de expansão do agronegócio. **X ENANPEGE**, 2013. Presidente Prudente.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem-terra:** o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados, vol.15, nº 43. São Paulo: 2001.

_____. **Escolas do campo e Agroecologia:** uma agenda de trabalho com a vida e pela vida! Apontamentos, julho de 2015b.

_____. (org.) **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B, M; WELCH, C, A. Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org). **Campesinato e agronegócio na América latina:** a questão agrária atual, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FREITAS, L, C, de; SAPELLI, M, L, S; CALDART, R, S. **Plano de Estudos**. Cascavel, 2013.

LIMA, S, L, S. **Agroecologia e Práticas Pedagógicas na Educação do Campo**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 13, nº 26, p. 92-109, set/dez.2017.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, V 5, n. ° 10, p. 5-64, ago. 2010.

PARANÁ, IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICA E SOCIAL. Estabelecimentos Rurais no Paraná crescem, concentração de terras permanece. 2006. Curitiba: IPARDES.

PAULINO, E, T. Desencontros e Desencantos da Social da Terra: **Impasse À Soberania Alimentar e À Reforma Agrária**. Para Onde!? Revista Eletrônica. Porto Alegre, v.11, nº 1; p.29-35, 2019.<http://ser.ufrgs.br.paraonde>.Edição Especial.

ROSSET, P. **A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos e os desafios para as escolas do campo**. In: Agroecologia na educação básica questões propositivas de conteúdos e metodologia. Expressão Popular, São Paulo, 2ª ed. 2017.

Anexo - 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

Questionário de Pesquisa de Campo

Título: Limites para a Transição Agroecológica no Assentamento Eli Vive 1 – Londrina/PR

Nome:

Idade:

Data de preenchimento do questionário:

1). Quais dificuldades enfrentadas para desenvolver as práticas agroecológicas? _____

2). Na sua opinião a produção de soja no assentamento dificultará as práticas agroecológicas?

Sim () Não ()

Por que dificultará?

3). Você tem interesse em trabalhar com práticas agroecológicas no seu lote?

Sim() Não (). Por que?

4). Os assentados recebem incentivos para produzir alimentos agroecológicos?

Sim () Não () Quais incentivos?

5). Quais os benefícios que a produção agroecológica pode trazer para as populações do campo e da cidade?

6). Como a produção agroecológica é trabalhada pelas lideranças do assentamento?
